

# ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: de mãos dadas?

Angelica Alves da Cunha Marques\*

## RESUMO

Este artigo parte de considerações históricas e conceituais da teoria da classificação para retomar as iniciativas sobre a estruturação das áreas do conhecimento no Brasil em tabelas de áreas do conhecimento, pelo CNPq. Mediante pesquisa bibliográfica e documental, analisa a concepção e as relações da Arquivologia e da Ciência da Informação nessas tabelas, sob a tradução de olhares políticos, institucionais, sociais e conceituais sobre essas áreas e seus desdobramentos ao longo do tempo. Entre essas disciplinas e suas especificidades, retoma as discussões empreendidas em 2005, quando da criação de uma comissão, pelo CNPq, para estudar a reestruturação das referidas áreas. A análise documental traz reflexões sobre a não implementação da proposta resultante desse estudo e as repercussões da manutenção da tabela da década de 1980 para a Arquivologia no âmbito da Ciência da Informação.

\* Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, Brasil. Pós-doutora no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, Brasil, e École Nationale des Chartes, França). Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasil.  
E-mail: angelicacunha@unb.br.

**Palavras-chave:** Classificação. Áreas do conhecimento. Arquivologia. Ciência da Informação.

## I INTRODUÇÃO

Atualmente, muito falamos em “interdisciplinaridade”, naturalmente e sem recorrer a qualquer conceito científico. Até mesmo no mundo acadêmico, o termo é utilizado correntemente, atribuído como característica das disciplinas contemporâneas. Contudo, ainda que não exista consenso a respeito, estudiosos da Filosofia e da Sociologia da Ciência indicam a reciprocidade epistemológica como condição para a existência de interdisciplinaridade entre disciplinas (JAPIASSU, 1976; PINHEIRO, 1999).

A interdisciplinaridade, de toda forma, pressupõe relações entre disciplinas e pode

advir de outras relações mais superficiais (multidisciplinaridade e pluridisciplinaridade) e/ou desdobrar-se em relações mais profundas como a transdisciplinaridade (BERGER, 1972; JANTSCH, 1972; MICHAUD, 1972; PIAGET, 1972; JAPIASSU, 1976; POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994). Simultaneamente, o entre disciplinas remete às particularidades de cada disciplina científica, levando-nos à teoria da classificação.

A história dos problemas taxonômicos pode ser estudada em quatro épocas: 1) de Platão e Aristóteles aos grandes taxonomistas do século XVIII, quando as classificações eram hierárquicas e monocriteriosas; 2) do século XVIII, quando surgem as classificações hierárquicas pautadas em multi-critérios e virtualmente infinitas; 3) do fim do século XVIII ao início do século XIX, com as classificações combinatórias ou de ordens múltiplas cruzadas; 4) e do século XX até nossos dias, com os modelos algébricos

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de uma pesquisa de estágio pós-doutoral financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Bolsista da CAPES – Proc. nº BEX 2347/15-6). Compõe, também, as atividades dos grupos de pesquisa Fundamentos Históricos, Epistemológicos e Teóricos da Arquivologia – FHETA – e Estado, Informação e Sociedade – EIS – da UnB.

rigorosos, a classificação numérica automatizada e informatizada (PARROCHIA, 1998).

Conceitualmente, a classificação é definida por diversos autores - Santos (1963), Abbagnano (2003), Durozoi e Roussel (2002), Fernandez (1979) e Liard (s. d.), somente para citar alguns -, mas optamos por recorrer à definição apresentada por este último estudioso, no sentido de compreendemo-la como a redução da multiplicidade indefinida de seres a um número finito de tipos que representem tudo o que esses seres têm em comum e as relações gerais que os unem. Assim, "Classificar é distribuir ou repartir indivíduos em grupos distintos, a partir de características comuns e de características diferentes" (LIARD, s. d., p. 127), considerando suas marcas superficiais (variáveis), numa classificação artificial, ou essenciais (permanentes), numa classificação natural.

Desse modo, podemos entender a classificação como um processo lógico (JAPIASSU; MARCONDES, 1991; DUROZOI; ROUSSEL, 2002), do qual são definidas classes (JAPIASSU; MARCONDES, 1991; ABBAGNANO, 2003) ou grupos (SANTOS, 1963), a partir de características comuns (JAPIASSU; MARCONDES, 1991; NADEAU, 1999).

Pombo (1998), por sua vez, apresenta as quatro orientações de classificação propostas por Alwin Diemer, na sua classificação universal dos saberes como problema da Filosofia e da organização: a ontológica (classificação dos seres), que trata do problema da classificação nas ciências (Biologia, Geologia, Cosmologia, Antropologia ou Tipologia psicológica); a gnosiológica (classificação das ciências), dedicada ao problema da classificação das ciências, no âmbito da Filosofia da Ciência; a biblioteconômica (classificação dos livros); e a informacional (classificação das informações). Tendo em vista os objetivos deste estudo, nos centraremos na segunda orientação, que abrange a classificação das ciências.

O pioneirismo da sistematização da classificação do conhecimento é tributado ao italiano Angelo Poliziano, humanista e poeta que, em 1491, publicou um esquema das relações entre as ciências ou áreas do conhecimento, que teria iniciado o "movimento" de elaboração de sistemas de

classificação" (DAHLBERG, 1979, p. 353), seguido por vários outros estudiosos.

A partir de amplas definições de "classificação", alguns autores as especificam, apresentando definições para a "classificação das ciências". Nesse sentido, "A unidade da ciência funda-se na unidade de seu objecto", que pode ser material (concreto) ou formal (aspecto particular do objeto material, que caracteriza a ciência) (SANTOS, 1963, p. 274). Segundo esse autor, "A variedade do objeto formal permitiu a especialização científica, como também a classificação das ciências" (SANTOS, 1963, p. 275).

Abbagnano (2003) didaticamente explica a distinção entre a classificação enciclopédica e a das ciências:

Enquanto uma *enciclopédia* é a tentativa de dar o quadro completo de todas as disciplinas científicas e de fixar de modo definitivo as suas relações de coordenação e subordinação, uma classificação das C. tem só o intuito mais moderno de dividir as C. em dois ou mais grupos, segundo a afinidade de seus objetos ou de seus instrumentos de pesquisa. (ABBAGNANO, 2003, p. 140)

Enquanto alguns estudiosos retomam modelos de classificação desde a Antiguidade (ABBAGNANO, 2003; DUROZOI; ROUSSEL, 2002; BRUGGER, 1969), Pombo (1998) aponta que a classificação das ciências do Século XIX teria tido as suas raízes na sistemática naturalista do século anterior (POMBO, 1998). Independentemente das classes adotadas, a autora pontua que toda classificação das ciências possui: um agente classificativo, um mecanismo classificador, um princípio de classificação, uma multiplicidade de fins, elementos finitos, um contexto de classificações precedentes, um produto externo da atividade classificadora.

Mais contemporaneamente, poucos anos depois de um importante evento voltado para discussões e reflexões em torno da interdisciplinaridade e seus desdobramentos que acontecia na França (Nice, 1970) (CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT, 1972), no Brasil era concebida a primeira Tabela de Áreas do Conhecimento - TAC - pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq -, em 1976.

Em uma pesquisa de estágio pós-doutoral, desenvolvida na Universidade de Brasília - UnB - e na *École des Chartes* (Paris), dedicamo-nos a aprofundar os estudos acerca da internacionalização e institucionalização da Arquivologia, movidos, dentre outras questões pela seguinte: a classificação da Arquivologia e da Ciência da Informação nas TACs, pelo CNPq, reflete as trajetórias históricas e as configurações atuais dessas disciplinas no Brasil?

Considerando que a estruturação das áreas do conhecimento no Brasil em TACs parece traduzir olhares políticos, institucionais, sociais e conceituais sobre essas áreas e seus desdobramentos ao longo do tempo, este artigo, como um recorte da mencionada pesquisa, objetiva retomar as iniciativas históricas nesse sentido, especialmente as discussões empreendidas em 2005, quando da criação de uma comissão, pelo CNPq, para estudar a reestruturação das referidas áreas. Metodologicamente, a nossa investigação consistiu em uma pesquisa bibliográfica e documental, com análise de documentos do Fundo CNPq, custodiados pela própria instituição.

## 2 CLASSIFICAÇÕES DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Com a primeira grande guerra mundial, há o reconhecimento da eficácia da Ciência & Tecnologia (C&T) para a definição das batalhas, sendo concebidas as fundações particulares para incentivo à C&T, assim como ideias de criação de muitos conselhos de pesquisa, no âmbito de políticas nacionais (MOTOYAMA; NAGAMINI, 1996).

A história do CNPq pode ser contada a partir da década de 1920, quando surge, na Academia Brasileira de Ciências (ABC), a ideia da necessidade de criação de um conselho de pesquisas (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984a; MOTOYAMA, 1985; MOTOYAMA; NAGAMINI, 1996). A instituição recebe o apoio de pesquisadores, cientistas e políticos, que acalentam essa ideia. Contudo, a falta de apoio político e do próprio Estado, por outro lado,

evidencia a necessidade de articulação entre os políticos e pesquisadores, que enfrentam muitos desafios em torno dos seus objetivos, até a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, em 15 de janeiro de 1951.

A TAC do CNPq tem a sua estrutura de base nesse contexto e passa por atualizações, ao longo do tempo, de acordo com demandas relacionadas à incorporação de áreas não contempladas. A classificação das áreas do conhecimento delinea-se como instrumento de sistematização de informações sobre C&T, especialmente para o planejamento, a gestão e a avaliação de políticas públicas. Tratando de difícil, complexa e delicada classificação no âmbito de interesses diversos, a organização e representação do conhecimento trabalha com conceitos complexos; envolve gestores, administradores, agências de fomento e de avaliação, sociedades científicas, institutos de pesquisa e a comunidade científica como um todo. Ao abranger a comunicação em ciência, a administração de programas de agência de fomento (informação sobre C&T e não informação de C&T) e a produção de estatísticas nacionais, a TAC é, assim, um dos instrumentos de sistematização de dados em C&T. Nesse sentido, as áreas do conhecimento são um elemento referencial, de categorização das agências de fomento, no contexto do ensino, da pesquisa e da inovação (SOUZA, 2004a; 2006; 2008).

Segundo Romani (1982), entre 1951 e 1966, o CNPq já reconhecia sete setores do conhecimento: Biologia e Ciências Médicas; Agronomia; Química; Física e Astronomia; Matemática; Geologia ou Ciências da Terra; e Tecnologia. De acordo com essa autora, o setor técnico não se constituía em uma área do conhecimento propriamente dita: tratava-se de recursos destinados aos serviços auxiliares da antiga Divisão Técnico-científica.

Em 1966, são concebidos mais dois setores do conhecimento: Veterinária e Ciências Sociais. O setor técnico, por sua vez, desaparece dessa classificação.

Dez anos mais tarde, o critério para a classificação das áreas do conhecimento corresponde aos 15 comitês assessores. É nessa época que é concebida a primeira TAC (1976), segundo a qual, "A classificação das Áreas do Conhecimento tem por finalidade permitir

ao CNPq e, eventualmente, a outros órgãos e instituições, sistematizar informações sobre o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos para a pesquisa” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978, p. 3). Nesse documento, as Ciências da Informação são contempladas como uma subárea da área Comunicação, desdobrada nas especialidades: Sistemas da Informação; Biblioteconomia e Documentação. A Arquivologia nem é mencionada.

Em 1978 a tabela é atualizada e, em 1982, áreas, subáreas e especialidades são hierarquizadas dentro de cinco grandes áreas (SOUZA, 2005a). Na TAC de 1982, a segunda tabela concebida pelo CNPq, a área denominada como “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” é contemplada na grande área “Ciências Humanas, Sociais e Artes”, com duas subáreas: Teoria da Informação e Tratamento da Informação. Como especialidades da Teoria da Informação, são apresentadas: Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; Teoria da Classificação; Representação da Informação; e Métodos Quantitativos, Bibliometria. Como especialidades da subárea Tratamento da Informação, aparecem: Técnicas de Recuperação da Informação; Processos de Disseminação da Informação; e Organização de Arquivos. É importante destacar que, nessa classificação, a Arquivologia e a Biblioteconomia passam de especialidades para a denominação de área (SOUZA, 2008).

A terceira TAC é elaborada em 1984, durante o regime militar e envolve mais de 500 pesquisadores, em dezenas de reuniões. De acordo com o texto da sua apresentação, “A Classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em ciência e tecnologia uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984a). As classificações utilizadas pelas outras entidades nacionais são analisadas, bem como aquelas de entidades estrangeiras. Nessa TAC (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984b) as áreas e subáreas são rearranjadas em oito grandes áreas (Ciências Exatas e da Terra;

Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes) e o nível das especialidades deixa de aparecer na sua forma impressa. A Ciência da Informação (agora no singular) aparece como área da grande área “Ciências Sociais Aplicadas” e tem como subáreas: Teoria da Informação (com as especialidades Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; e Representação da Informação), Biblioteconomia (com as especialidades Teoria da Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação da Informação; e Processos de Disseminação da Informação) e Arquivologia (com a especialidade Organização de Arquivos). A Arquivologia é, então, contemplada como subárea da área Ciência da Informação. A Museologia é uma área à parte, sem subdivisões (SOUZA; 2004a; 2008; SOUZA; STUMPF, 2009; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984a). Essa tabela, ainda em vigor, é hierarquicamente dividida em quatro níveis: grandes áreas, áreas, subáreas e especialidades.<sup>2</sup>

### 3 MUDANÇAS E TENTATIVAS DE MUDANÇAS NA TAC

Entre 1985 e 1995 ocorrem algumas pequenas mudanças estruturais na TAC (SOUZA, 2005a). Além dessas, a última tabela passa por uma tentativa de revisão em 2005, que não se consolida. Tendo em vista a relevância dessa iniciativa, gostaríamos de nela nos deter, retomando as limitações e fragilidades do referido instrumento, apontadas pelos membros do comitê responsáveis por essa revisão.

Na década de 1990, mais especificamente em 1996 e 1999, considerando os problemas detectados na TAC em vigor (defasada, ultrapassada, desatualizada, antiga, inadequada, anacrônica, pobre, deficiente, limitada e imprecisa), o CNPq propõe discussões para a revisão do documento (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2004a).

<sup>2</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/tabela-de-areas-do-conhecimento-avaliacao>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

Representantes do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT –, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – e do CNPq reúnem-se ao longo de 1996, “com o objetivo de estabelecer os aspectos políticos e técnicos que deveriam nortear o trabalho de revisão da TAC” (SOUZA, 2004b). Dentre as reflexões decorrentes desses trabalhos, destacamos: o questionamento sobre a validade de manutenção da atual tabela para representação sistemática dos campos de pesquisa em C&T no Brasil para a classificação de projetos de pesquisa e a aplicação em outras atividades, como a formação de recursos humanos; o reconhecimento da necessidade de envolvimento da comunidade científica, de forma ampla, na reclassificação das áreas do conhecimento; especulações quanto à viabilidade de estudos acerca de uma classificação de cunho também tecnológico, até então não priorizada na TAC; proposição da abordagem de classificação australiana, de forma a interagir propósitos do Governo, da comunidade (científica e tecnológica) e da sociedade em geral; e, por fim, revisão da TAC e elaboração de outros instrumentos de apoio nos processos de produção, recuperação e disseminação de informação em C&T no país.

A professora Rosali Fernandez de Souza<sup>3</sup> participa das comissões de revisão da TAC, tanto de 1996 (comissão não formalizada, mas que se reúne em Brasília e no Rio de Janeiro várias vezes), como de 2005. Na primeira ocasião, fica responsável por sistematizar as informações recebidas dos comitês assessores, que são apresentadas, numa síntese do trabalho de revisão, em novembro de 1998. A partir daí, cada grande área deveria ter um coordenador; os trabalhos deveriam ser concluídos em março de 1999 e a versão preliminar da proposta deveria ser encaminhada à CAPES.

Nesse momento, é utilizado como modelo para classificação das áreas de formação a *International Standard Classification of Education – ISCED 97* –, que apresenta a “Biblioteconomia, Informação e Arquivismo” no âmbito das “Ciências Sociais, Negócios e Direito”: “Este

campo abrange os métodos para selecionar, adquirir, organizar e conservar coleções de informações e facilitar a sua utilização” (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2004b). São, então, recebidas sugestões dos comitês assessores do CNPq, assim como de associações, sociedades e outras instituições científicas. No âmbito da Ciência da Informação, as sugestões de alteração não alcançam a Arquivologia, que continuaria como uma subárea daquela área.<sup>4</sup>

Contudo, essa revisão não se consolida, mantendo-se as grandes áreas tal como estavam. Alguns anos mais tarde, em 2003, é instituída uma comissão mista CNPq/CAPES, cujo objetivo é a reclassificação das áreas do conhecimento para o desenvolvimento da pós-graduação e da C&T do País (SOUZA, 2004a).

Diante das inadequações e limitações já mencionadas, a TAC de 1984 é posta, novamente, em revisão. Em 2004, a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Pós-graduação e da Ciência e Tecnologia da CAPES e do CNPq cria a Subcomissão de Reclassificação das Áreas do Conhecimento, com representantes dos comitês assessores dessas duas instituições, das Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs – e das sociedades científicas, especialmente aquelas filiadas à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. O grupo de trabalho deveria ser composto por uma comissão executiva e por outra consultiva. Com período de trabalho sugerido entre janeiro a junho de 2004 e previsão de conclusão da tabela em julho do mesmo ano, o grupo tem seus objetivos definidos em torno da coleta de sugestões da comunidade científica, bem como das bases de dados das agências de fomento, além da elaboração de uma proposta sistemática de reclassificação das áreas do conhecimento, motivo da criação da referida comissão.

Metodologicamente, os trabalhos partem de uma solicitação eletrônica de sugestões e opiniões aos comitês assessores do CNPq, da CAPES e às sociedades científicas filiadas à

3 Pesquisadora titular do IBICT, a professora Rosali Fernandez de Souza é um nome relevante que deve ser realçado na história da classificação das áreas do conhecimento no Brasil, devido à sua dedicação ao estudo do tema, decorrente da sua profunda experiência a respeito e publicado em vários artigos, conforme nossas referências.

4 As alterações sugeridas foram: a subárea “Teoria da Informação” passaria a denominar-se “Teoria da Ciência da Informação” e mais duas subáreas seriam criadas, além das já existentes: “Informação Científica e Tecnológica” e “Tecnologias da Informação” (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2004c).

SBPC. Aproximadamente 30% dessas instituições respondem a essa solicitação.

Claramente inspirada na tabela australiana e na proposta decorrente das discussões ocorridas em 1999, a mais nova proposta de uma tabela conjugar-se-ia em três dimensões: das áreas do conhecimento, dos setores de aplicação e do tipo de atividade. Dessa maneira, o documento elenca uma classificação de cursos de graduação, conforme o seu reconhecimento pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Dentre os cursos de formação de professor de disciplinas profissionalizantes, temos a “Formação de professor de Arquivologia”. A Arquivologia aparece novamente no rol da “Comunicação, jornalismo e informação”, como uma subclasse da classe “Biblioteconomia, informação, arquivos”. Todaíva, a subcomissão encontra dificuldades em harmonizar essa classificação dos cursos em relação àquela das áreas do conhecimento, diante das diferenças entre a oferta desses cursos e o desenvolvimento dessas áreas.

A partir dos trabalhos da comissão não formalizada (1997) e da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Pós-graduação e da Ciência e Tecnologia (2004), é instituída uma nova Comissão Especial de Estudos com o objetivo de propor uma nova tabela de classificação das áreas do conhecimento (Portaria conjunta CNPq/CAPES e FINEP, de 02 de março de 2005; retificação dessa Portaria no DOU de 07 de março de 2005) (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005a), tendo em vista o gerenciamento dos programas das agências de fomento (DOMINGOS; FERNANDEZ, 2005a; SOUZA, 2005b). Seus membros são pesquisadores convidados e representantes da ABC, da SBPC, do IBICT, da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior – ANDIFES – e do Fórum de Pró-reitores de Pesquisa e de Pós-graduação.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Seus membros foram: Manuel Domingos Neto (Presidente), Rosali Fernandez de Souza (Secretária), José Eduardo Cassiolato, Umberto Giuseppe Cordani, Maria Sueli de Oliveira Pires, Sandoval Carneiro Júnior, Franco Maria Lajolo, Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho, Jailson Bittencourt de Andrade, Magdalena Cronemberger de Góes, Renato Janine Ribeiro, Antonio Lisboa Carvalho de Miranda, Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa, Marisa Brascher Basílio Medeiros, Ricardo Gattass, Glacy Antunes de Oliveira e Celso Pinto de Melo (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005a).

Os instrumentos que servem de base para os trabalhos da comissão são as próprias tabelas do CNPq e da CAPES, além da tabela da SBPC. De inspiração para os trabalhos, mas não como modelos exclusivos, pois uma padronização mundial seria impossível (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005b), são estudadas as tabelas da *National Science Foundation*, dos Estados Unidos e a *National Bureau of Statistics*, da Austrália, considerando os campos de pesquisa, da versão de 1993, e os campos de pesquisa, cursos e disciplinas, da versão de 1998 (DOMINGOS; FERNANDEZ, 2005a). Além desses instrumentos, é consultada a plataforma *Lattes* do CNPq, bem como os Diretórios de Grupos de Pesquisa e a Versão preliminar do trabalho de revisão das áreas do conhecimento, realizado na década de 1990. Da CAPES, servem de base os seus dados sobre os cursos e programas de pós-graduação. Das FAPs, as suas próprias categorizações para garantir a representatividade das áreas segundo as particularidades das diversas regiões do país.

Prevista para ser concluída em 10 meses, a atualização da TAC (e, como desdobramento, a sua revisão), dar-se-ia nas seguintes etapas: levantamento de informações: definição e seleção das fontes de informação; preparação da proposta de tabela: tratamento e análise do material coletado; elaboração da versão preliminar; apresentação da proposta à comunidade; preparação da versão final: análise da proposta pela comunidade; avaliação dos resultados; incorporação das sugestões; implementação da versão final; e preparação de documento de análise (SOUZA, 2005a).

De fato, essas etapas são cumpridas mediante várias reuniões e da análise aprofundada de muitos documentos e sugestões enviadas à comissão, conforme apresentamos a seguir.

Em sua primeira reunião, de 18 de março de 2005, é apresentado um artigo da Prof.<sup>a</sup> Rosali Fernandez e uma proposta de metodologia de trabalho de revisão; é distribuído um CD com classificações utilizadas no exterior; as tarefas são distribuídas entre os membros da comissão; e o cronograma de atividades é estabelecido. Tendo em vista a necessidade de levantamento dos problemas das grandes áreas, são criadas

três subcomissões: 1) de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; 2) de Ciências da Vida; 3) de Ciências Exatas e da Terra. Evidentemente, as necessidades da Ciência da Informação e da Arquivologia seriam mapeadas pela primeira subcomissão.

Nessa reunião, os membros chegam às seguintes ponderações:

1. A revisão da Tabela atual poderia ser feita através de enxugamento ou expansão das áreas atuais;
2. **A produção de uma nova Tabela se valoriza pela necessidade de reafirmação e de formatação das áreas do conhecimento. O adiamento da adoção de uma nova Tabela agravará os problemas existentes;**
3. A nova Tabela poderá ser utilizada em sistemas e serviços de informação em C&T. Portanto, todo o cuidado é necessário no sentido de preservar o melhor possível as séries estatísticas;
4. A grande dificuldade na elaboração da nova Tabela será a consideração adequada da forte tendência de interdisciplinaridade das áreas do conhecimento; deve-se atentar para a possibilidade de que a nova Tabela se torne rapidamente desatualizada;
5. **Seria interessante um estudo das profissões com base na OIT que poderia trazer algum subsídio importante;**
6. A finalidade das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em C&T uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. As atuais estruturas de dados dos Comitês Assessores das agências de fomento refletem necessidades de agrupamentos de áreas em função de recursos. A nova Tabela deve ter em conta estas necessidades. (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005c, grifo nosso).

As correspondências com a comunidade científica ocorrem por meio de um ofício circular para os coordenadores dos programas de pós-graduação, as editoras, as FAPs, os reitores, as secretarias de C&T e as sociedades científicas. O material coletado e organizado é distribuído à comissão técnica, tendo em vista a preparação da proposta da nova tabela.

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação – ANCIB – apresenta uma proposta de classificação para a Ciência da Informação, com base na evolução temática dos seus grupos de trabalho e na proposta discutida durante o Encontro de Coordenadores dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, realizado em Brasília, nos dias 04 e 05 de maio de 2005. Assim estariam representadas as oito subáreas da área Ciência da Informação, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas: Fundamentos da Ciência da Informação; Organização do Conhecimento e Representação da Informação; Mediação, Disseminação e Uso da Informação; Gestão da Informação; Política, Ética e Economia da Informação; Produção da Informação e Comunicação Científica; Campo de Trabalho Informacional; Tecnologias da Informação e Comunicação (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2005).

Em 18 de maio de 2005, numa reunião menor de alguns dos membros da comissão, é apresentada uma “tabela provocativa” para classificação das áreas e aplicações especializadas do conhecimento científico e tecnológico. Dividida em dez grandes áreas (Ciências Matemáticas; Ciências da Natureza; Ciências da Saúde; Ciências da Sociedade; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Agrárias; Ciências Ambientais; Linguagem e Letras; Artes e Técnicas; e Tecnologias), a Ciência da Informação continuaria, de acordo com essa proposta, como uma área das Ciências Sociais Aplicadas, subdividida em: Teoria da Ciência da Informação; Informação Científica e Tecnológica; Tecnologias da Informação; Biblioteconomia; Arquivologia; e Gestão Especializada. Embora devesse ajudar a uniformizar os termos utilizados pelas agências de fomento e pela comunidade científica e tecnológica, a classificação proposta não orientaria, necessariamente, a organização de comitês assessores, programas disciplinares, atividades profissionais e acervos bibliográficos e documentais. A organização e análise dos documentos decorrentes da produção científica torna-se uma necessidade reconhecida: “A tabela deve revelar o avanço da produção científica e tecnológica refletida nas contribuições recebidas da comunidade” (DOMINGOS; FERNANDEZ, 2005b).

A segunda reunião geral da comissão ocorre nos dias 30 e 31 de maio de 2005, quando são distribuídos os seguintes documentos: “Nova Classificação das Áreas do Conhecimento” (do dia 25 de maio do mesmo ano), um texto “Sobre as áreas do conhecimento”, de Manuel Domingos, então Presidente do CNPq e, conseqüentemente presidente da comissão então criada para revisar a TAC, e Rosali Fernandez, secretária da mesma comissão; “Construção da Nova Classificação das Áreas do Conhecimento: metodologia e direcionamentos”, de Rosali Fernandez; informe e análise das correspondências e contribuições recebidas pela comissão entre março e maio de 2005; proposta de organização matricial das áreas do conhecimento, de Ricardo Gattass; proposta preliminar sistemática de consulta às comunidades, de Marisa Brascher; e “Epistemologia”, texto elaborado por Sueli Pires, em 10 de maio de 2005, a quem coube a definição das bases epistemológicas da nova tabela. São apresentados os informes e a análise das 322 correspondências e contribuições recebidas pela comissão entre março e maio de 2005, em relação às grandes áreas, áreas, subáreas e especialidades. Nesse documento, não identificamos nenhuma sugestão em relação à Ciência da Informação e/ou Arquivologia (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005d).

A comissão então decide pela manutenção dos quatro níveis hierárquicos para a classificação das áreas e das aplicações especializadas do conhecimento: 1º) Grande área: nível da superordenação; 2º) Área: nível básico de categorização; 3º) Subárea: nível de subordinação; e 4º) Especialidade: nível de maior especificidade (SOUZA, 2005b). Ao apresentar (provisoriamente) dez grandes áreas e um número indefinido de áreas e subáreas, a comissão ainda não está certa da definição conceitual para o último nível, das especialidades. Quanto à parte que mais nos interessa, a da Grande Área Ciências Sociais Aplicadas, esta ficaria dividida, segundo essa proposta, em nove áreas: Direito, Administração, Economia, Demografia, Ciência da Informação, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica e Turismo. A Arquivologia ainda continuaria como uma subárea da Ciência da Informação, juntamente da Teoria da Ciência da Informação, da Informação

Científica e Tecnológica, das Tecnologias da Informação, da Biblioteconomia e da Gestão Especializada (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005e).

Em julho de 2005, a comissão chega a uma “Nova Tabela das Áreas do Conhecimento”, como uma proposta para discussão, no âmbito do andamento dos trabalhos previstos para serem concluídos em dezembro do mesmo ano. Essa versão restringe-se aos três primeiros níveis de classificação, excluindo as especialidades. Nessa perspectiva, compreendia por:

- Grande área: “aglomeração de diversas áreas do conhecimento em virtude da afinidade de seus objetos, métodos cognitivos e recursos instrumentais refletindo contextos sócio-políticos específicos”;
- Área: “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”;
- Subárea: “segmentação da área do conhecimento estabelecida em função do objeto de estudo e de procedimentos metodológicos reconhecidos e amplamente utilizados”;
- Especialidade: “caracterização temática da atividade de pesquisa e ensino. Uma mesma especialidade pode ser enquadrada em diferentes grandes áreas, áreas e subáreas” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005f).

As grandes áreas são reduzidas de oito para quatro; são criadas mais dez áreas e modificadas as denominações de algumas; as subáreas são reduzidas e têm, também, a sua denominação atualizada. Das 30 áreas da Grande Área Ciências da Sociedade, quatro nos chamam a atenção, particularmente a vigésima quinta, como descrito a seguir:

- a 23ª área: Ciência da Informação, cujas subáreas são Fundamentos da Ciência da Informação, Organização e Representação do Conhecimento, Gestão da Informação, Tecnologias da Informação, Transferência de Informação e Aplicações de Informação;

- a 24ª área: Biblioteconomia, composta por Fundamentos da Biblioteconomia, Desenvolvimento de Coleções, Tratamento e Processamento da Informação, Disseminação e Acesso à Informação, Usuários e Uso da Informação e Bibliotecas Digitais;
- a 25ª área: Arquivologia, constituída por Fundamentos da Arquivologia, Técnicas Arquivísticas, Conservação de Arquivos, Arquivologia Especializada;
- e a 26ª área: Museologia, com Fundamentos da Museologia, Museografia, Conservação e Restauração de Acervos, Mostra em Museus.

Podemos observar, portanto, que a Biblioteconomia e a Arquivologia que, até então, eram concebidas como subáreas da Ciência Informação, teriam conquistado o seu reconhecimento como áreas independentes daquela. A Museologia, apesar das suas proximidades com as outras três disciplinas, já vinha sendo classificada à parte. Outro aspecto que merece destaque é a concepção de subáreas que respondem pelos fundamentos teóricos, pelas técnicas, pelos processos e pelas especificidades de cada uma dessas áreas.

Não tivemos acesso a nenhum documento sobre a terceira reunião da Comissão, prevista para 16 de setembro de 2005. Portanto, não sabemos se, de fato, ela foi realizada.

No dia 23 de setembro, é divulgada, para a comunidade científica, uma correspondência da comissão, divulgando uma versão preliminar da “Nova Tabela das Áreas do Conhecimento”, tendo em vista a coleta de contribuições das sociedades científicas, dos colegas de representantes de área e dos comitês de assessoramento, até o final de outubro. É interessante observar, dentre as recomendações da comissão, que “Na TAC norte-americana, adotou-se o critério de não considerar como área aquela em que tenham sido defendidas menos de 500 teses de doutorado no quinquênio precedente. O fator produtividade pode, se assim o entenderem os colegas, ser levado em conta” (SOUZA, 2005c).

Alguns dias depois, começam a circular, na lista de discussões da ANCIB, mensagens de professores se manifestando sobre a referida versão da TAC com sugestões no âmbito

da Ciência da Informação. Evidentemente, essas mensagens que circularam na lista da ANCIB em 2005 não representam toda a comunidade da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e da Arquivologia. Contudo, considerando a densidade dos seus conteúdos, podemos apreender a sua importância, diante da complexidade da classificação de uma área/subárea do conhecimento, refletida na falta de consenso entre os membros da própria comunidade, sob argumentos convincentes nos dois sentidos: por um lado, da manutenção da Ciência da Informação como uma área integradora da Biblioteconomia e da Arquivologia; por outro lado, da desvinculação dessas em três áreas distintas. Observamos que, das seis mensagens analisadas, cinco defendiam a primeira perspectiva e somente uma entendia a Arquivologia como uma área distinta da Ciência da Informação.

A previsão de complexidade se cumpre. Em seu texto esclarecedor “Sobre as áreas do conhecimento”, Manuel Domingos e Rosali Fernandez o iniciam alertando sobre a complexidade da tarefa proposta:

Uma Tabela das Áreas do Conhecimento resulta de um exercício delicado e complexo: a **classificação** do saber designado científico e tecnológico. Este saber, produzido por inúmeros e diversificados trabalhadores intelectuais, é contextualizado historicamente, sofre permanentes alterações e compreende um número indefinido de nuances.

A classificação em pauta é necessariamente arbitrada, como qualquer classificação. No caso, a arbitragem é estabelecida por agentes públicos com destinações pessoais precisas. Estes agentes, entretanto, decidem levando em conta demandas e pontos de vista da comunidade científica; do contrário, seus propósitos não seriam reconhecidos e a classificação não teria nem legitimidade nem efeitos práticos.

A complexidade da tarefa desta Comissão resulta, sobretudo, da necessidade de compatibilizar os objetivos das agências com os dos professores, pesquisadores e técnicos permanentemente envolvidos em aguerridos debates em torno de seus interesses específicos, predileções metodológicas e tendências teóricas. (DOMINGOS; FERNANDEZ, 2005a).

De fato, não foi uma tarefa fácil, o que pode, de certo modo, justificar a sua inconclusão, na verdade, a sua não implementação. A Comissão Especial de Estudos para propor uma Nova Tabela de Áreas do Conhecimento conclui os seus trabalhos, depois de nove meses, apresentando um relatório final, em dezembro de 2005 (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 2005b). A finalidade da tabela é ratificada nesse documento, como um

instrumento relevante para o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas voltadas para a ciência, a tecnologia, a cultura, a arte e a inovação na medida em que:

- a) reflita os avanços do conhecimento;
- b) preserve séries estatísticas e facilite a coleta de dados;
- c) compatibilize as informações de diferentes entidades e
- d) atualize a terminologia utilizada pelas agências e pela comunidade de pesquisadores e professores.

Conceitualmente, a comissão lembra que, embora a Constituição Federal de 1988 contemple “áreas da ciência, pesquisa e tecnologia” (art. 218), nenhuma lei define o que venha a ser área da ciência ou do conhecimento e, nesse sentido, a TAC do CNPq tem servido de referência, mesmo sem ter sido formulada a partir de definições conceituais precisas.

Estruturalmente, a proposta final da comissão contempla oito grandes áreas (cinco delas com as mesmas denominações da TAC em vigor); 94 áreas (extinção de uma área e criação de mais 23); 456 subáreas (redução de subáreas, com a designação de subáreas abrangentes que pudessem compreender domínios variados). Esperava-se, dessa maneira, reduzir os níveis hierárquicos de classificação; limitar o número de subáreas; e elaborar uma lista de especialidades, em ordem alfabética. Como recomendação final, fica a necessidade de criação de uma comissão permanente para revisão periódica da tabela.

Considerando as três TACs do CNPq (1976, 1978 e 1984) e esta proposta de reestruturação da última TAC (2005), temos, como síntese da estruturação história das áreas do conhecimento no Brasil o quadro 1.

**Quadro 1:** Estruturação das áreas do conhecimento pelo CNPq (1951-2005)

DIVISÕES	1951-1966	1966	1976	TAC 1976	TAC 1982	TAC 1984	Proposta de revisão da TAC (2005)
Grandes áreas	-	-	-	-	5	8*	8
Áreas	7	8	15	42	70	76	94
Subáreas	-	-	-	-	-	340	456
Especialidades	-	-	-	-	-	867**	Não (lista alfabética)

**Fonte:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1978; 1984a); Romani (1982), Souza (2004a; 2008), Souza e Stumpf (2009).

\* Depois foi incluída outra grande área “Outros”, com 23 itens listados em ordem alfabética.

\*\*À época da publicação da última TAC, as especialidades não são detalhadas (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984a). Este número corresponde às especialidades incorporadas na tabela em 2002.

Mais especificamente, quanto à síntese de estruturação da Arquivologia e da Informação, temos o quadro 2:

**Quadro 2:** Configuração da Ciência da Informação e da Arquivologia na estruturação das áreas do conhecimento pelo CNPq (1951-2005)

<b>DATAS</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>ARQUIVOLOGIA</b>
<b>1951-1966</b>	Não aparece	Não aparece
<b>1966</b>	Não aparece	Não aparece
<b>TAC 1976</b>	<b>Área:</b> Comunicação <b>Subárea:</b> Ciências da Informação <b>Especialidades:</b> Sistemas de Informação; Biblioteconomia e Documentação; e Outras (com a indicação especificar).	Não aparece
<b>TAC 1982</b>	<b>Grande área:</b> Ciências Humanas, Sociais e Artes <b>Área:</b> Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia <b>Subáreas:</b> Teoria da Informação e Tratamento da Informação. <b>Especialidades da Teoria da Informação:</b> Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; Teoria da Classificação; Representação da Informação; e Métodos Quantitativos, Bibliometria. <b>Especialidades do Tratamento da Informação:</b> Técnicas de Recuperação da Informação; Processos de Disseminação da Informação; e Organização de Arquivos.	Aparece como área, juntamente da Ciência da Informação. A Organização de Arquivos aparece como especialidade da subárea Tratamento da Informação.
<b>TAC 1984</b>	<b>Grande área:</b> Ciências Sociais Aplicadas <b>Área:</b> Ciência da Informação <b>Subáreas:</b> Teoria da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia <b>Especialidades da Teoria da Informação:</b> Teoria Geral da Informação; Processos da Comunicação; e Representação da Informação <b>Especialidades da Biblioteconomia:</b> Teoria da Classificação; Métodos Quantitativos, Bibliometria; Técnicas de Recuperação da Informação; e Processos de Disseminação da Informação <b>Especialidade da Arquivologia:</b> Organização de Arquivos	Aparece como subárea da área Ciência da Informação.
<b>Proposta de revisão da TAC (2005)</b>	<b>Grande área:</b> Ciências Socialmente Aplicáveis <b>Área:</b> Ciência da Informação <b>Subáreas:</b> Fundamentos da Ciência da Informação; Organização do Conhecimento; Gestão da Informação; Disseminação e Uso da Informação; Política e Economia da Informação; e Tecnologias da Informação	<b>Grande área:</b> Ciências Socialmente Aplicáveis <b>Área:</b> Arquivologia <b>Subáreas:</b> Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Métodos Arquivísticos; e Arquivologia Especializada

**Fonte:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1978; 1984a); Romani (1982), Souza (2004a; 2008), Souza e Stumpf (2009).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações históricas (PARROCHIA, 1998) e conceituais (SANTOS, 1963; JAPIASSU; MARCONDES, 1991; NADEAU, 1999; ABBAGNANO, 2003; DUROZOI; ROUSSEL, 2002; FERNANDEZ, 1979; LIARD, s.d.) da teoria da classificação nos embasam a retomada das quatro iniciativas sobre a estruturação das áreas do conhecimento no Brasil em tabelas de áreas do conhecimento, pelo CNPq, em 1976, 1982, 1984 e 2005. Pela periodização taxonômica apresentada por Parrochia (1998), podemos inferir que as classificações evoluem, ao longo do tempo, de forma a buscar atender diversas demandas. Dessa maneira, os modelos utilizados atualmente são herdeiros dessas buscas por aperfeiçoamento, embora não exista consenso a respeito, tampouco quanto aos mecanismos classificadores adotados.

Mediante pesquisa bibliográfica e documental no fundo CNPq, analisamos a concepção e as relações da Arquivologia e da Ciência da Informação nessas tabelas. É importante registrarmos as principais dificuldades encontradas nesse trabalho, uma vez que não tivemos acesso intelectual aos documentos solicitados, diante do não reconhecimento do arquivo como uma unidade institucional, pelo CNPq, à época da nossa pesquisa. O acesso físico que tivemos aos documentos pesquisados deu-se numa visita que realizamos à biblioteca da instituição, quando, ao termos acesso ao seu acervo, encontramos, casualmente, a caixa que continha os documentos resultantes do trabalho da comissão criada, em 2005, para estudar a reestruturação das áreas do conhecimento. Como esses documentos não estavam classificados sob nenhuma restrição quanto ao seu acesso, suas cópias nos foram disponibilizadas, o que possibilitou o cumprimento do nosso objetivo.

Assim, considerando as relações da Arquivologia com a Ciência da Informação e suas particularidades, retomamos as discussões empreendidas em 2005, a fim de retomar e preservar o registro das atividades concernentes ao estudo da reestruturação das áreas do conhecimento. Deste trabalho, mais do que respostas, emergiram várias questões a serem investigadas acerca da não implementação da proposta resultante do estudo de 2005 e das

repercussões da manutenção da tabela da década de 1980.

Tratando-se de empreitada densa, intensa e complexa, a classificação das áreas do conhecimento, liderada pelo CNPq, vem envolvendo diversos agentes ao longo do tempo, ao conjugar olhares políticos, institucionais, sociais e conceituais. Ainda que focalizada em fins práticos, a última grande tentativa oficial de atualização da referida classificação não chegou a ser implementada, mantendo-se imensas lacunas e necessidades de reconhecimento de várias áreas e subáreas, como a Arquivologia, ainda mantida como subárea da Ciência da Informação.

Afinal, essa concepção representa tudo que essas disciplinas têm em comum, a partir do que podemos vislumbrar da definição de Liard (s. d.) para “classificação”? Poderíamos dividir a Ciência da Informação e a Arquivologia em dois grupos, considerando a afinidade dos seus objetos, conforme sugere Abbagnano (2003) em um sentido mais geral? A classificação das áreas do conhecimento em vigor agravaria os problemas existentes em torno da submissão da Arquivologia à Ciência da Informação, como previsto pela comissão responsável pela reestruturação da TAC em 2005? Ainda manter-se-ia a Arquivologia, uma disciplina científica que vem se formando desde o século XVI (FONSECA, 2004), subordinada à Ciência da Informação, uma disciplina nascida na segunda metade do século XX? Esta questão cronológica legitimaria a emancipação da Arquivologia como uma área do conhecimento independente da Ciência da Informação ou não seria suficiente para tal a despeito do papel coadjuvante da Arquivologia no Campo da Informação, como nos sugere Schmidt (2012)? A considerável produção científica com temas arquivísticos em programas de pós-graduação em Ciência da Informação justificaria o confinamento da Arquivologia a esta área, dificultando a distinção das duas em áreas distintas?

A participação da comunidade científica que compõe o campo da informação quanto à consulta acerca da reestruturação da classificação das áreas do conhecimento pareceu-nos tímida. Os números apresentados parecem representar fortemente os posicionamentos da comunidade da Ciência da Informação em torno da sua abordagem integradora. Por outra vertente, esses números não podem ser majoritários, tampouco

decisivos, diante da apatia dos membros que representam a fatia arquivística dessa comunidade: o seu silêncio poderia corroborar ou não a posição dos manifestantes?

Considerando a trajetória histórica e epistemológica da Arquivologia, entendemos que esta disciplina não pode ser compreendida como uma parte da Ciência da Informação, ainda que esta última tenha conquistado importantes espaços acadêmico-institucionais nos últimos anos, de maneira a abrigar cursos e pesquisas arquivísticos em universidades e programas de pós-graduação. Nesse sentido, pensamos que a manutenção da subordinação da Arquivologia à Ciência da Informação camufla conquistas seculares daquela disciplina, encobrindo suas peculiaridades teóricas e epistemológicas por trás de questões político-institucionais.

Evidentemente, esse posicionamento não se opõe às inúmeras parcerias possíveis entre as duas disciplinas; ao contrário, reconhece os seus diálogos e os ganhos deles decorrentes para o fortalecimento de ambas, desde que

resguardadas suas particularidades em torno dos seus objetos, princípios, métodos e trajetórias históricas.

Pela última estruturação das grandes áreas, áreas, subáreas e especialidades proposta pela comissão (julho de 2005), parece-nos pertinente que a Arquivologia não continue subordinada à Ciência da Informação, uma vez que não pode segmentar-se desta, considerando o seu objeto de estudo (informação orgânica registrada) e os seus procedimentos metodológicos, conhecidos como “funções arquivísticas” – criação, classificação, avaliação, descrição e indexação, preservação, aquisição e difusão (COUTURE, 2003). Tanto o é que a comissão reconhece a Arquivologia como uma área, independente da Ciência da Informação.

Para que esta complexa empreitada taxonômica se cumpra, além da preservação histórica do rico trabalho empreendido, é necessário fôlego e vontade política que podem ter sido rarefeitos após as discussões de 2005.

---

Artigo recebido em 26/06/2016 e aceito para publicação em 21/09/2016

---

### **ARCHIVAL SCIENCE AND INFORMATION SCIENCE: working hand in hand?**

#### **ABSTRACT**

*This paper starts with historical and conceptual considerations of the theory of classification to retake the initiatives on structuring knowledge areas in Brazil into tables of knowledge areas, by Brazil's National Council for Scientific and Technological Development (CNPq). Through bibliographic and documental research, it analyzes the conception and relations between Archival Science and Information Science in these tables, under political, institutional, social, and conceptual views on these areas and their developments over time. Among these disciplines and their specificities, it retakes the discussions undertaken in 2005, when a commission was created by CNPq to study the restructuring of referred areas. The documental analysis brings reflections on the non-implementation of the proposal that resulted from this study and the repercussions of maintaining the 1980s table for Archival Science within the scope of Information Science.*

#### **Keywords:**

*Classification. Knowledge areas. Archival Science. Information Science.*

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Proposta Preliminar para a área de Ciência da Informação**. [Rio de Janeiro], 2005. (Fundo CNPq)

BERGER, G. Opinions e réalités. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 19-74.

CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités**. Paris: OCDE, 1972.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Classificação das áreas do conhecimento. **Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia**, n. 1, jun./1978.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento: classificação**. Brasília: CNPq, 1984a.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento - classificação**. Brasília, [1984b]. (Fundo CNPq).

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Pós-graduação e da Ciência e Tecnologia da CAPES e do CNPq**. Subcomissão de Reclassificação das Áreas do Conhecimento. Brasília, [2004a]. (Fundo CNPq)

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Classificação internacional

EUROSTAT/UNESCO/OCDE: áreas de formação. In: **Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Pós-graduação e da Ciência e Tecnologia da CAPES e do CNPq**. Subcomissão de Reclassificação das Áreas do Conhecimento. Brasília, [2004b]. (Fundo CNPq)

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Proposta inicial de Reclassificação das Áreas do Conhecimento (com sugestões dos comitês assessores do CNPq e da CAPES, das Sociedades Científicas associadas à SBPC, de alguns Conselhos profissionais e de grupos de pesquisadores). In: **Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Pós-graduação e da Ciência e Tecnologia da CAPES e do CNPq**. Subcomissão de Reclassificação das Áreas do Conhecimento. Brasília, [2004c]. (Fundo CNPq)

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **POC 001-2005** (Portaria conjunta CAPES, CNPq e FINEP, de 2 de março de 2005). Brasília, 2005a. (Fundo CNPq)

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Relatório final da Comissão Especial de Estudos para propor uma Nova Tabela de Áreas do Conhecimento**. Brasília, 2005b. (Fundo CNPq)

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Memória da 1ª Reunião da Comissão Especial de Estudos das Áreas do Conhecimento, realizada em Brasília, na sede do CNPq, no dia 18 de março de 2005**. Brasília, 2005c. (Fundo CNPq)

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Segunda Reunião da Comissão Especial de Estudos para propor a Nova Tabela de Áreas do Conhecimento**. Academia Brasileira de Ciências 30 e 31 de maio de 2005. Rio de Janeiro, 2005d. (Fundo CNPq)

- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Nova classificação das áreas do conhecimento (proposta elaborada para discussão na reunião do dia 30/31 de maio da Comissão Especial de Estudos CNPq, CAPES, FINEP).** [Rio de Janeiro], 2005e. (Fundo CNPq).
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Nova Tabela das Áreas do Conhecimento: proposta para discussão.** [Rio de Janeiro], 2005f. (Fundo CNPq)
- COUTURE, C. (Org.) **Les fonctions de l'Archivistique contemporaine.** Québec, Canadá: Presses Universitaires du Québec, 2003.
- DAHLBERG, I. Teoria da classificação, ontem e hoje. Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. *Anais...* Rio de Janeiro: IBICT, 1979, p. 352-370.
- DOMINGOS, M.; FERNANDEZ, Rosali. *Sobre as áreas do conhecimento.* [Rio de Janeiro], [2005a]. (Fundo CNPq).
- DOMINGOS, M.; FERNANDEZ, R. **Classificação das áreas e aplicações especializadas do conhecimento científico e tecnológico: tabela provocativa, elaborada em 18 de maio de 2005.** [Rio de Janeiro], 2005b. (Fundo CNPq)
- DUROZOI, G.; ROUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia.** 4 ed. Tradução Marina Appenzeler. Campinas: Papirus, 2002.
- FERNANDEZ, R. P. Classificação: um processo fundamental da natureza humana. Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica. *Anais...* Rio de Janeiro: IBICT, 1979, p. 254-268.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares.** 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- JANTSCH, E. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités.** Paris: OCDE, 1972, p. 98-125.
- JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- LIARD, L. **Logique.** 10. ed. Paris: Masson. (s. d.)
- MICHAUD, G. Problèmes et solutions: conclusions générales. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités.** Paris: OCDE, 1972, p. 293-300.
- MOTOYAMA, S. A gênese do CNPq. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência.** São Paulo, n. 2, p. 27-46, jul./dez. 1985.
- MOTOYAMA, S.; NAGAMINI, M. CNPq e CNRS: duas histórias numa perspectiva comparada (1996). In: HAMBURGER, Amélia Império. (et al). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1996, p. 331-359.
- NADEAU, R. **Vocabulaire technique et analytique de l'épistemologie.** Paris: Puf, 1999.
- PARROCHIA, D. Classifications, histoire et problèmes formels. **Bulletin de la Société Francophone de Classification.** Paris, n. 10, mar. 1998.
- PIAGET, . L'épistemologie des relations interdisciplinaires. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INFORMATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherché dans les universités.** Paris: OCDE, 1972, p. 131-144.

- PINHEIRO, L. V. R. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: Pinheiro, Lena V. Ribeiro (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.
- POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, p. 19-33, 1998.
- POMBO, O.; GUIMARÃES, H. M.; LEVY, T. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: ed. Texto, 1994.
- ROMANI, J. P. O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, p. 137-167.
- SANTOS, M. F. dos. **Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais**. São Paulo: Matese, 1963. (V. 1).
- SCHMIDT, C. M. dos S. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SOUZA, R.F. de. Áreas do conhecimento. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, abr. 2004a.
- \_\_\_\_\_. Resgate histórico das atividades desenvolvidas sobre a revisão da Tabela das Áreas do Conhecimento no período 1996-1998. In: CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Pós-graduação e da Ciência e Tecnologia da CAPES e do CNPq**. Subcomissão de Reclassificação das Áreas do Conhecimento [2004b]. (Fundo CNPq)
- \_\_\_\_\_. **Tabelas de áreas do conhecimento: proposta de metodologia do trabalho de revisão**. [Rio de Janeiro]: 2005a. (Fundo CNPq)
- \_\_\_\_\_. **Construção da nova classificação das áreas do conhecimento: metodologia e direcionamentos**. [Rio de Janeiro], 2005b. (Fundo CNPq).
- \_\_\_\_\_. [Correspondência eletrônica encaminhada à Presidente da ANCIB, à Representante da área da Ciência da Informação na CAPES e aos membros da comunidade da Ciência da Informação, pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosali Fernandes de Souza, em 23 de setembro de 2005, divulgando correspondência assinada por Renato Janine, Ricardo Gattass e Manuel Domingos Neto]. [Rio de Janeiro], 2005c. (Fundo CNPq).
- \_\_\_\_\_. Organização e representação de áreas do conhecimento em Ciência e Tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp., 1<sup>o</sup> sem. 2006.
- \_\_\_\_\_. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. *Anais...* Salvador, 2008.
- SOUZA, R. F. de; STUMPF, I. R. C. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 41-58, 2009.